

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 24/2012**

Período: 14/07/2012 – 20/07/2012

GEDES – Brasil

- 1- Arquivo Nacional possui fotos de presos políticos da época do regime militar
- 2- Livro traz perfis de personagens símbolos da resistência ao regime militar
- 3- Comissão da Verdade retoma investigações e buscas do corpo de guerrilheiro
- 4- Comitê Interamericano de Direitos Humanos cobra governo brasileiro sobre desaparecidos no Araguaia
- 5- Transferência tecnológica para a compra dos caças F-18 Super Hornet pode ser ampliada
- 6- Editorial avalia positivamente a atuação do Exército em obras de infraestrutura
- 7- Prefeitura de São Paulo retira de viaduto homenagem a militar
- 8- Coluna opinativa critica ensinamento de táticas criminosas em treinamento do Exército
- 9- Ministro da Defesa entrega versões do Livro Branco de Defesa Nacional ao Congresso
- 10- Amorim alega que verba destinada às Forças Armadas é “razoável”
- 11- Laudo de “maioridade mental” foi usado por militares para manter um menor de idade preso durante o regime militar
- 12- Comissão da Verdade solicita documentos ao estado de São Paulo
- 13- Palácio do Planalto recebeu novo helicóptero
- 14- Inquérito Policial Militar que apurou o incêndio na base Comandante Ferraz foi concluído

1- Arquivo Nacional possui fotos de presos políticos da época do regime militar
De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, fotos provenientes do Arquivo Nacional, abertas à consulta pública recentemente, retratam importantes líderes da esquerda presos durante o regime militar (1964-1985), acusados de subversão e ligações com a luta armada. Algumas delas são inéditas, como aquelas que retratam o atual secretário do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc, que participou do roubo do cofre do ex-governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, em 1969, organizado pela Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares). O ex-deputado Fernando Gabeira, que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969, também aparece em algumas fotos, assim como o militante de esquerda que era membro da Aliança Libertadora Nacional, Apolônio de Carvalho, e o ex-deputado José Dirceu, que foi preso no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes na cidade de Ibiúna, no estado de São Paulo, em 1968. No dia 18/07/12, a *Folha* ainda destacou a existência de fotos sob tutela do Arquivo Nacional que mostram militantes feridos durante o regime militar, possivelmente tiradas no Instituto Médico Legal de Salvador. Uma delas é a de Carlos Lamarca, que comprova os ferimentos a bala que o levaram a morte no ano de 1971. Outra foto destacada pela *Folha* é a do corpo

de José Campos Barreto, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Ambos foram mortos pela Operação Pajussara, do Exército. A ativista de direitos humanos Suzana Lisboa afirmou não possuir “nenhuma dúvida sobre a execução deles”. O jornal ainda destacou a foto do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, morto no ano de 1971, após ter sido torturado no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). A *Folha* evidenciou que Ferreira estava saudável quando preso pelo Dops, onze dias antes de sua morte, porém a causa desta, segundo relatório oficial, foi uma doença hepática. No livro “Os Anos de Chumbo”, o general do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, reconheceu que Ferreira teria morrido por consequência de torturas. O periódico *Correio Braziliense* noticiou que também foram abertos à consulta documentos que tratavam do monitoramento a jornalistas estrangeiros no Brasil, os quais descreviam as atividades desses profissionais, suas relações com o governo e os classificavam às vezes como “indesejáveis” ou de alguma forma nocivos ao regime. Correspondentes internacionais, como Claude Vanhecke, que trabalhava na época para o *Le Monde*, e Marvine Enrietta Howe, então correspondente do *The New York Times*, embora soubessem que não agradavam aos militares, se mostraram surpresos ao saber que existiam dossiês a seu respeito no Arquivo Nacional. Vanhecke chegou a relatar que já tinha conhecimento da espionagem a sua rotina, mas que não entendia o porquê do teor dos relatórios a seu respeito; Howe afirmou não saber por que foi monitorada. Os jornalistas ainda descreveram outros empecilhos a suas atividades, como a necessidade de ir para países vizinhos para fazer o envio de reportagens e driblar a censura. (*Correio Braziliense* – 16/07/12; *Folha de S. Paulo – Poder* – 14/07/12; *Folha de S. Paulo – Poder* – 18/07/12)

2- Livro traz perfis de personagens símbolos da resistência ao regime militar

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, o livro “A Mulher que Era o General da Casa”, escrito pelo jornalista Paulo Moreira Leite, retrata um conjunto de perfis de personagens importantes para a resistência civil ao regime militar (1964-1985), e busca, segundo a *Folha*, mostrar “a essência de cada uma das militâncias”. Sobre o período, Moreira Leite acredita que há aqueles que tentam “esconder as responsabilidades, embaralhar os papéis de cada um em nosso passado e, assim, deformar as consciências”. Dentre os personagens retratados na obra estão: um dos responsáveis pelo projeto Brasil: Nunca Mais, o reverendo Jaime Wrigh; o ativista político filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ex-candidato à presidência da república, Plínio de Arruda Sampaio; o rabino Henry Sobel, que esteve diretamente envolvido no esclarecimento do suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog, que também é retratado no livro; o sociólogo e professor, Florestan Fernandes; e, por fim, aquela que é referenciada no título do livro, Therezinha Zerbini, que foi esposa do general que se opôs ao golpe de 1964 que deu início ao regime militar. Zerbini teria colocado sua casa à disposição de opositores do regime, e foi presa por oito meses, no mesmo cárcere em que esteve a presidenta da República, Dilma Rousseff. (*Folha de S. Paulo – Poder* – 14/07/12)

3- Comissão da Verdade retoma investigações e buscas do corpo de guerrilheiro

Conforme publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão da Verdade reabriu as investigações e irá organizar nova busca pelo corpo de Ruy Carlos Vieira Berbert, guerrilheiro do Movimento pela Libertação Popular (Molipo) morto em 1972 em uma cadeia na cidade de Natividade, estado do Tocantins. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos já havia conduzido uma missão de busca dos restos mortais do militante, em 1992; no entanto, três filhas de Domingos Nunes da Silva, um morador de Natividade que morreu na mesma noite que Berbert, em 02/01/1972, alegaram que a comissão escavou o lugar errado. Segundo o periódico, a versão sobre a morte do militante contada pelos militares “sustenta que Berbert se suicidou com uma corda que ganhou de presente de uma moradora da cidade”. No Cartório de Registro Civil da cidade constam dois óbitos naquela noite, e fotos inéditas de Berbert divulgadas pelo *Estado* comprovariam que o governo militar sempre soube de sua morte, mas ocultou o fato de seus familiares. De acordo com o secretário da Junta Militar de Natividade em 1972, Ayram Bispo Macedo, existe a possibilidade de que o corpo de Berbert tenha sido retirado do cemitério dois anos após o enterro, em uma “operação de limpeza” do Exército. Tal fato reforçaria a tese de que o guerrilheiro não cometera suicídio. O único fotógrafo da cidade em 1972, Antônio Rodrigues de França, foi chamado para fotografar Berbert no dia de sua morte na cela, e contou que fez fotos quando o cadáver ainda estava preso à corda, mas tais fotos não constam nos documentos encontrados no Arquivo Nacional. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/07/12*)

4- Comitê Interamericano de Direitos Humanos cobra governo brasileiro sobre desaparecidos no Araguaia

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o Comitê Interamericano de Direitos Humanos, órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), questionou o governo brasileiro quanto ao cumprimento da solicitação da busca e apresentação dos restos mortais de dissidentes do regime militar (1964-1985) assassinados durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Os familiares das vítimas, que já haviam recorrido à Corte e ganho a causa em 2010, se apresentaram novamente, desta vez alegando insatisfação com o resultado das buscas. Segundo os familiares, os grupos de trabalho que foram designados para fazer a busca estariam trabalhando sem metodologia científica ou orientação, e dessa forma desperdiçando dinheiro público. As críticas dos parentes se concentram também no fato de não serem usados os arquivos das Forças Armadas da época para que a identificação seja feita e também a perícia que não ocorreu em ossadas que já foram encontradas e transferidas para o Distrito Federal. O governo afirmou que responderá os questionamentos do Comitê no prazo determinado. Gilles Gomes, representante da Secretaria de Direitos Humanos no Grupo de Trabalho do Araguaia, afirmou que o grupo divulgará um relatório sobre as atividades já realizadas e os resultados obtidos, e também que não deve haver tanto “fetichismo” com relação aos documentos oficiais, uma vez que Gilles levanta a possibilidade de alteração dos documentos, ou mesmo de já haver ocorrido alguma “limpeza” na região. Sávio Andrade Filho atribuiu as

dificuldades da busca ao tamanho da área em que ela ocorre, sendo sete mil quilômetros quadrados no sul do estado Pará e norte do Tocantins, região de solo arenoso e com incidência constante de chuvas. Porém, afirmou que muitos avanços foram feitos apesar das dificuldades encontradas, já que o grupo dispõe de uma série de competências técnicas e recursos que permitem que seus integrantes trabalhem melhor para encontrar os desaparecidos. No dia 17/07/12, o *Estado* noticiou que a Comissão da Verdade irá acompanhar as investigações do Grupo de Trabalho. Os familiares dos desaparecidos serão ouvidos na cidade de São Paulo, visto que, de acordo com a advogada e integrante da Comissão, Rosa Maria Cardoso da Cunha, tais dispõem de informações úteis para que as investigações não dependam apenas de documentos. Segundo o jornal, recentemente 19 ossadas foram encaminhadas à Universidade de Brasília, onde deverão ser analisadas. O ministro do Superior Tribunal de Justiça e integrante da Comissão, Gilson Dipp, sugeriu que o Brasil procure ajuda exterior, caso não tenha conhecimento científico e tecnológico satisfatório para a identificação das ossadas. Contudo, o Grupo de Trabalho respondeu a ele que “a tecnologia empregada é a mais avançada do mundo”. No dia 18/07/12, o *Estado* noticiou que representantes do Ministério da Defesa, da Justiça e dos Direitos Humanos afirmaram que as críticas quanto às buscas são “improcedentes” e “todos os esforços estão sendo feitos para encontrar os desaparecidos e devolvê-los às famílias”. Até o momento, não houve identificação de nenhum guerrilheiro. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 16/07/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/07/12; O Estado de S. Paulo - Nacional - 18/07/12)

5- Transferência tecnológica para a compra dos caças F-18 Super Hornet pode ser ampliada

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o pacote de transferência tecnológica a ser concedido junto à possível compra dos caças F-18 Super Hornet, da empresa Boeing, pelo projeto brasileiro de modernização da Força Aérea, FX-2, pode ser ampliado de acordo com o aprofundamento da cooperação e confiança entre os governos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil, bem como entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a empresa estadunidense Boeing. De acordo com o vice-presidente do Programa Boeing F/A-18, Mike Gibbons, “o Brasil e os EUA precisam um do outro. Os EUA precisam do Brasil para estar seguros. Por isso, se o Brasil comprar os F-18 Super Hornet e se tornar um aliado do EUA, a parceria e a confiança mútuas vão se expandir e a transferência tecnológica será estendida para um potencial adicional”. De acordo com o *Estado*, a Boeing vem demonstrando, cada vez mais, o forte interesse em ampliar os negócios com o Brasil, como por exemplo, ao ter aberto um escritório na cidade de São Paulo, ao ter enviado a ex-embaixadora americana Donna Hrinak como sua representante, e ao ter fechado acordos com a Embraer para o aperfeiçoamento do caça modelo A-29 Super Tucano, e a venda do modelo cargueiro KC-390. Além disso, a empresa estadunidense fechou parceria com a empresa AEL Sistemas (subsidiária no Brasil da empresa israelense Elbit Systems) para fornecimento de novas telas do painel de controle de seus caças. Em contrapartida, o jornal avaliou que essa promessa de transferência tecnológica ampliada não se traduz na palavra “irrestrita”, que está presente na oferta da empresa francesa Dassault, outra

concorrente do projeto brasileiro FX-2. O *Estado* destacou que, apesar das promessas de transferência tecnológica anunciadas inclusive pelo secretário da Defesa dos EUA, Leon Panetta, essa decisão cabe ao Senado estadunidense. Gibbons, por sua vez, acredita que o Senado não teria como recuar diante dessas propostas e afirmou que a Boeing já estaria preparada para iniciar a produção dos caças ainda esse ano, caso a compra se concretize. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/07/12)

6- Editorial avalia positivamente a atuação do Exército em obras de infraestrutura

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou no dia 16/07/12 editorial salientando a atuação do Exército brasileiro em obras de infraestrutura realizadas no país, coordenadas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC). De acordo com o jornal, ao contrário das notícias sobre superfaturamento e atraso em obras públicas que se publicam rotineiramente, as obras sob responsabilidade do DEC estão sendo concluídas antes do previsto, e em alguns casos a custos inferiores ao orçamento original. O editorial ressaltou que, embora a missão do Exército não esteja relacionada à execução desse tipo de serviço, o trabalho da instituição é sério e competente. O Exército está envolvido em mais de 34 obras, sendo 25 destas referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com destaque para a reforma do aeroporto de Cumbica, no estado de São Paulo, finalizada com 15 meses de antecedência e com o custo reduzido em cerca R\$130 milhões, o que representa uma economia de quase 25% do orçamento de R\$473 milhões inicialmente previsto. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/07/12)

7- Prefeitura de São Paulo retira de viaduto homenagem a militar

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, de acordo com lei promulgada pelo prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, houve uma alteração na nomenclatura do viaduto que antes homenageava o general Milton Tavares de Souza, um dos expoentes do governo autoritário instaurado em 1964. O viaduto passa agora a se chamar Domingos Franciulli Neto, em homenagem ao ministro do Supremo Tribunal Federal, morto em 2005. A atitude gerou certa repercussão, questionando a relevância de Souza e se no momento atual uma homenagem desse tipo seria adequada para uma figura histórica “sobre a qual pairam extremas dúvidas”. Ivan Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, se pronunciou contrário à alteração dos nomes, uma vez que considera necessário que as pessoas saibam da existência dessas figuras e dos momentos vividos pelo Brasil. Ivan Seixas, integrante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, por outro lado, se pronunciou a favor, afirmando que Souza deve ser “colocado na história como chefe de um bando de assassinos” e que as homenagens públicas deveriam se destinar a outras figuras da história do Brasil. (O Estado de São Paulo – Metrópole – 16/07/12)

8- Coluna opinativa critica ensinamento de táticas criminosas em treinamento do Exército

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, Janio de Freitas, com base em informações publicadas pelo jornal O Globo, na coluna "Panorama Político", de Ilmar Franco, a respeito do testemunho de treinamentos do 1º. Batalhão de Polícia do Exército nas ruas do Rio de Janeiro, afirmou que o ministro da Defesa, Celso Amorim, deve à população brasileira "a informação de que o seu Exército não é, ou não continuará a ser, também escola de crimes". Segundo Freitas, os instrutores são criminosos, pois fazem a "indução de crime de morte", com crueldade, contrariamente ao direito brasileiro. Tais práticas já foram motivo para incluir o Brasil nos acusados de crime contra a humanidade tanto na Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos quanto nas Nações Unidas. Freitas relacionou as atuais instruções dadas aos soldados com o ocorrido na "câmara de tortura e morte" denominada Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na época do regime militar (1964-1985). O jornalista observou que o futuro imaginado por setores do Exército não está relacionado ao futuro democrático estabelecido por instituições superiores, a Constituição Federal e o desejo nacional. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/07/12)

9- Ministro da Defesa entrega versões do Livro Branco de Defesa Nacional ao Congresso

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, enviou no dia 17/07/12 ao presidente do Congresso Nacional, o senador José Sarney, "as versões preliminares do Livro Branco de Defesa Nacional". (Correio Braziliense – Brasília-DF – 18/07/12)

10- Amorim alega que verba destinada às Forças Armadas é "razoável"

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 18/07/12, o ministro da Defesa, Celso Amorim, alegou, em entrevista no Senado, que o orçamento das Forças Armadas é suficiente para que estas realizem suas funções. O jornal destacou que, em abril de 2012, Amorim sugeriu que o investimento no setor militar fosse cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), que equivale aproximadamente ao investimento em Defesa realizado pelos países dos Brics; porém, afirmou que o Brasil investe aproximadamente 1,5% do PIB. O *Estado* evidenciou que a verba prevista para o setor, este ano, está em torno de R\$60 milhões. No dia 19/07/12, o *Correio Braziliense* publicou que a presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que se houver espaço no Orçamento de 2013, haverá reajustes aos servidores públicos com salários defasados, o que inclui os militares, que reivindicam cerca de R\$ 21 bilhões. O último dia para enviar a proposta orçamentária ao Congresso é 31/08/12 e, portanto, até esta data, não há nada definido. Segundo Amorim, entre os anos de 2002 e 2010 os militares tiveram a menor reposição salarial entre as categorias federais, de somente 85,29%, enquanto alguns setores atingiram o percentual de 153%. Por outro lado, o *Correio* apontou que, por conta das medidas governamentais que visam evitar o aumento do desemprego e estimular os investimentos no setor privado, a fim de fomentar a economia brasileira, o espaço para reajustes fica cada vez menor. (Correio Braziliense – 19/07/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/07/12)

11- Laudo de “maioridade mental” foi usado por militares para manter um menor de idade preso durante o regime militar

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, César Benjamin, preso político durante o regime militar (1964-1985), revelou em depoimento à Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que a Justiça Militar reconheceu um laudo de “maioridade mental” para que ele fosse mantido preso mesmo sendo menor de idade. Benjamin na ocasião tinha dezessete anos e era militante estudantil ligado ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Ele foi detido pelo Exército no estado da Bahia em 1970 e depois transferido ao Rio de Janeiro. Em depoimento, Benjamin afirmou que meses após ser preso, foi examinado por um tenente-médico, identificado como Leuzzi, que, “em dez minutos de conversa” atestou que sua idade mental era de 35 anos. O laudo foi utilizado pela Justiça Militar para manter o então militante, ainda menor de idade, em cárcere. Benjamin apontou também ter sofrido sessões de torturas no Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro. Segundo a *Folha*, o depoimento deverá ser encaminhado à Comissão Nacional da Verdade. (Folha de S. Paulo – Política – 19/07/12)

12- Comissão da Verdade solicita documentos ao estado de São Paulo

Segundo notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade solicitou ao governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckimin, acesso a documentos não divulgados do regime militar (1964-1985), pertencentes às Polícias Civil e Militar e ao Instituto Médico-Legal (IML). Alckimin afirmou que parte dos documentos já se encontra disponível. (Folha de S. Paulo – Política – 19/07/12)

13- Palácio do Planalto recebeu novo helicóptero

Conforme noticiado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Palácio do Planalto recebeu no dia 18/07/12 um novo helicóptero modelo VH-36, ou EC-725. O equipamento faz parte de um contrato de R\$ 5,3 bilhões assinado pelo governo com a empresa Helibras para a construção de 50 unidades, duas para o governo e as demais para as Forças Armadas. De acordo com o *Correio*, já foram entregues três aeronaves às Forças e estima-se que em 2013 mais uma seja destinada ao Planalto. O ministro da Defesa, Celso Amorim, apontou para a necessidade de aumentar o percentual dos componentes nacionais deste modelo. Espera-se que até 2014 a nacionalização dos helicópteros chegue a 50%. (Correio Braziliense – 19/07/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/07/12; Folha de S. Paulo – Poder - 19/07/12)

14- Inquérito Policial Militar que apurou o incêndio na base Comandante Ferraz foi concluído

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a investigação sobre o incêndio que destruiu a base brasileira Comandante Ferraz na Antártida, na madrugada do dia 25/02/12, levantou que durante o incêndio funcionários militares e civis da

Marinha e cientistas de universidades brasileiras participavam de uma festa em homenagem à professora Therezinha Monteiro Absher, da Universidade Federal do Paraná. De acordo com o inquérito policial militar (IPM), aberto no dia do desastre, a festa foi mantida sob sigilo por parte da Marinha e dos 31 cientistas que estavam na base, entretanto os responsáveis pela investigação começaram a suspeitar que o alarme de incêndio tivesse sido desligado por ordem do comando da base, pois não disparou quando o incêndio começou. Isso ocorreu para que nada atrapalhasse a festa, uma vez que na pista de dança havia um mecanismo que espalhava fumaça produzida por gelo seco e esta poderia disparar os alarmes denunciando um falso incêndio, devido à alta sensibilidade destes. Nos depoimentos, os cientistas não souberam afirmar se os alarmes haviam sido desligados ou não, pois a decisão sobre isto seria de atribuição militar. O inquérito foi concluído e encaminhado para a 11ª Circunscrição Judiciária Militar, classificado como sigiloso conforme o artigo 16 do Código de Processo Penal Militar. Os cientistas alegam que a festa foi fundamental para que não houvesse vítimas entre eles, pois caso contrário, estariam recolhidos em seus alojamentos, que foram destruídos pelo incêndio. De acordo com o que foi apurado pelo *Estado*, os cientistas afirmaram que, extraoficialmente, foram informados que três militares poderão ser indiciados pelo fato: o comandante da base, capitão de fragata Fernando Tadeu Coimbra; o sargento Luciano Gomes Medeiros, ferido durante o incêndio, e responsável pelos geradores; e o sargento João Cavaci, técnico em eletrônica da base. Ainda segundo o jornal, os cientistas reclamam que não foram indenizados pelo governo federal pelas perdas sofridas durante a tragédia, como havia sido prometido pelo contra-almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, que auxiliou os sobreviventes logo após o fato, em nome do governo e também pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, em seus pronunciamentos. Entretanto, a Marinha afirmou as indenizações são de responsabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que negou ser o responsável pelo caso. Em nota, o Ministério afirmou que "representantes da comunidade científica reivindicaram a reposição de equipamentos científicos perdidos no incêndio" e que "esta ação já foi aprovada pela pasta e os recursos já estão em trâmite no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para dispêndio final". (O Estado de S. Paulo – Vida – 20/07/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Em virtude de problemas no acesso às reportagens do *Correio Braziliense* e do *O Estado de S. Paulo* na versão online, algumas colunas do jornal não foram citadas nas referências.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavaleiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).